

As diferentes experiências e temporalidades de um desastre em um lugar de recorrentes chuvas e de seus acionamentos políticos¹

Maria Suellen Timoteo Correa – SEEDUC/RJ

Palavras-chave: desastre; temporalidades; política.

Introdução

A presente comunicação visa apresentar parte do universo de uma pesquisa empreendida a partir da experiência de atingida pelo desastre ligado às chuvas na Região Serrana do Rio de Janeiro, ocorrido em janeiro de 2011, e que culminou em uma produção acadêmica de doutoramento (CORREA, 2020). Tomando como ponto de partida um dos elementos da produção dessa pesquisa - no caso a etnografia da experiência – busco relacionar às experiências de afetada a uma percepção das desigualdades presentes na minha cidade natal, Nova Friburgo, em relação à resposta do Poder Público às demandas e reivindicações de grupos dessa cidade.

O trabalho final da pesquisa citada envolveu diferentes temporalidades. Algumas mobilizadas a partir da História de Nova Friburgo – e de eventos de chuvas e desastres na cidade, como o desastre de 1979 - e a constituição territorial excludente e propícia a riscos, além das mais diversas memórias do desastre de 2011, incluindo as minhas na condição de afetada e posteriormente de pesquisadora. E estes recortes diferenciados – e não lineares - fizeram parte da chamada Etnografia da Experiência, a qual, além de trabalhar com o vivido pelo observado, abarca as experiências do observador².

O ato de etnografar experiências próprias permitiu me situar no trabalho, e mais do que uma “honestidade metodológica” (MALINOWSKI, 1976), esse recurso apresentou subsídios que, integrados às diversas experiências, exploraram os caminhos e as escolhas do campo e contribuíram como elementos para as reflexões etnográficas.

Ainda, o uso das diversas temporalidades neste trabalho buscou uma ampliação da escala histórica para se pensar sobre os usos e sentidos das chuvas e desastres em Nova

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano:2024).

² Para saber mais sobre a Etnografia da Experiência presente na pesquisa, ler CORREA, Maria Suellen Timoteo. A política e a “época das águas”: reflexões etnográficas sobre governos das chuvas em Nova Friburgo (RJ) e os usos e sentidos de desastres. 2020. Tese de Doutorado em Antropologia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2020, p. 128-155.

Friburgo (não tomados de forma linear na pesquisa). Além disso, as diversas temporalidades mobilizadas na produção do campo de pesquisa do doutorado (considerando elementos do campo para a pesquisa do mestrado, além das temporalidades relacionadas a minha experiência enquanto nascida e moradora de Friburgo, e afetada pelo desastre em 2011) permitiram mostrar que desastres possuem uma relação temporal complexa, com elementos relacionados e construídos anteriormente, além das suas repercussões, pois “os desastres não terminam imediatamente ao final da situação extrema mas, por seus nexos sócio históricos, continuam por muitos anos, como é o caso das cidades serranas fluminenses”. (OLIVEIRA et al. 2016, p. 14). Considerando essa ideia, foi possível atestar a relação de um desastre com outros anteriores, como se buscou apresentar os desastres de 1979 e 2011 (CORREA, 2020).

Reviver tantas vezes uma experiência não esgotou a análise do desastre, pelo contrário, manteve uma busca por mais referências, em diálogo com vários olhares e vivências, a ponto de problematizar diversos contextos de chuvas e situações de desastres de diferentes épocas em Friburgo. Com isso, a pesquisa pôde analisar, além da construção dos riscos e de uma territorialização propícia a desastres, a constituição estatal e das relações políticas locais atreladas também aos fenômenos periódicos de chuvas e aos seus acionamentos simbólicos. A partir da reconstituição dos desastres de 1979 e 2011 e dos usos e sentidos em torno destes eventos críticos, foi possível refletir sobre desastres enquanto oportunidades expressas em políticas rituais oficiais na cidade, operadas pelos chamados governos das chuvas.

Essas políticas oficiais produziram diferentes respostas que, por sua vez, transparecem a desigualdade e a injustiça ambiental. Para atrelar essa percepção das desigualdades em relação à resposta do poder público às demandas e reivindicações de grupos, cabe apresentar a ideia de desastre como artefato político e de governos das chuvas, no caso, com ênfase no contexto do desastre de 2011 em Friburgo.

Desastre como artefato político e os governos das chuvas

Desde muito tempo as chuvas vêm sendo acionadas publicamente em Nova Friburgo, seja por agentes públicos para justificar ausências ou requerimentos, seja por canais de comunicação como um chamariz e atrativo para o público dependendo dos seus desdobramentos e repercussões negativas, ou mesmo como um atrativo turístico ligado ao clima e em comparativo com condições de calor e de doenças (CORREA, 2020). As

chuvas, portanto, dada a sua presença recorrente na cidade, em diversos momentos também configuraram oportunidades e estímulos para fins específicos. Com os desastres a partir desses fenômenos não foi diferente.

Os desastres ocorridos em 1979 e em 2011 na cidade foram explorados como oportunidades nas suas conexões simbólicas, econômicas, políticas e institucionais. Essas oportunidades compuseram, por exemplo, as reafirmações de disputas partidárias a partir das divergências em torno da decretação do estado de calamidade no desastre de 1979, ou de construções de memórias ligadas à cidade e a determinados atores a partir de categorias como união e solidariedade, nesse mesmo evento histórico e no ano de 2011³.

Outras conexões foram estabelecidas em processos simbólicos de ressignificações do lugar, de novas sociabilidades, da relação de moradores com seus bairros e vizinhos, ou em oportunidades políticas de impulsionamento de ações coletivas e de “novos” engajamentos políticos, como ocorreu no desastre de 2011 através dos mutirões, da reconfiguração da associação de moradores ou dos novos movimentos e agrupamentos coletivos surgidos ao longo daquele ano (CORREA, 2015; 2020).

As oportunidades de visibilidade midiática e de marketing (em ações de doações e de ajuda), de projetos de empreendimentos, de contratos, de ganhos e lucros e de auxílios econômicos para empresas (afetadas ou não, mas resididas em Friburgo), além do estreitamento das relações entre público e privado foram exemplos de oportunidades econômicas do desastre de 2011.

Oportunidades institucionais de ampliação e de fortalecimento estatal, da sua burocracia e controle também foram detectadas no contexto de desastres em Friburgo, como processos de legibilidade, de territorialização e de expansão da administração pública, este último a partir da busca de verbas, de rearranjos das relações entre empresários e poder público (ou imprensa e poder público), de novas composições institucionais e de estímulos à união político-partidária na esfera pública (Idem, 2020).

Essas oportunidades acionadas a partir do desastre também estiveram ligadas ao retorno a uma “normalidade”, reivindicada em contextos de formação de problemas públicos e de conflitos de interesses. Todo esse processo complexo dos desastres de 1979

³ Para saber mais sobre a história das chuvas e dos desastres em Nova Friburgo, bem como a etnografia dos seus acionamentos, ver o segundo capítulo da tese, em CORREA, Maria Suellen Timoteo. A política e a “época das águas”: reflexões etnográficas sobre governos das chuvas em Nova Friburgo (RJ) e os usos e sentidos de desastres. 2020. Tese de Doutorado em Antropologia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2020, p. 64-121.

e de 2011, portanto, a partir da sua própria constituição, levou à produção de grupos e de agentes diversos pela cidade.

Em suas pesquisas que apresentam a relação do associativismo indígena com os territórios, Sidnei Peres considera estes como artefatos políticos, na medida em que são produzidos e produzem diferentes agentes políticos e sociais.

Os territórios assim delimitados, em geral destinados para uso comum, são artefatos políticos que projetam no espaço as relações de força entre diferentes atores, cuja escala de atuação também é diversa, num jogo complexo que coloca em primeiro plano os nexos entre memória e identidade (para terras indígenas e quilombolas) ou cultura e conservação ambiental (para reservas extrativistas e de desenvolvimento sustentável)” (PERES, p. 2010, p. 3).

Tomei, a partir dessas ideias, os desastres de chuvas em Nova Friburgo como artefatos políticos, na medida em que esses eventos (complexos em relações como são os territórios), são produzidos, apropriados e orientados por uma multiplicidade de indivíduos e de grupos, projetando também relações de força, ligadas às oportunidades políticas, econômicas e simbólicas. É nessas oportunidades apropriadas por estes grupos de forma diversa, que também são produzidas novas relações, novos agentes sociais e políticos, além de tipos de governança.

Apesar das transformações e ressignificações, sentidos, memórias e ordenamentos também foram reafirmados nesse processo como uma tentativa de retorno a uma normalidade anterior às chuvas, reivindicada pelos diversos atores. No entanto, chama a atenção uma conformação específica, de modo a ritualizar o usual na política, já que desastres, como aponta Veena Das, enquanto “crises na sociedade criam janelas na normalidade. Através das janelas de um desastre químico, pode-se espreitar atentamente os processos políticos e sociais que geralmente não são acessíveis ou visíveis” (REICH *apud* DAS, 1995, p.142).

As janelas da normalidade na política referidas aqui são as práticas relacionadas às políticas estatais presentes nas medidas institucionais, tanto por parte do governo municipal, quanto do estadual e nas práticas midiáticas e empresariais (em consonância com esses governos), apresentadas a partir de diversos exemplos nos eventos catastróficos, sobretudo no desastre de 2011. A essas práticas institucionais, está relacionado um tipo específico de elaboração de desastres e de suas abordagens, que chamo de governo das chuvas.

Os governos das chuvas constituem essas práticas de manutenção e de ampliação do Estado a partir de oportunidades e condicionamentos institucionais, possíveis, (re)elaborados e justificados a partir dos eventos catastróficos de chuvas. Algumas características desses governos, tratados como esses arranjos de práticas institucionais a partir de eventos de desastres de chuvas (sejam oriundos de políticas municipais, estaduais e federais), serão exploradas adiante.

Desse modo, foi possível problematizar certos usos do desastre durante as políticas de reconstrução e de recuperação da cidade atreladas às motivações ligadas a uma “técnica de Estado” que permite a ampliação de sua força (MARCHEZINI, 2018). Alguns exemplos dessas técnicas de ampliação presentes nesses governos das chuvas são:

1- A ampliação da máquina estatal, seja pela criação de secretarias específicas para a recuperação da cidade e da região serrana, criadas, por exemplo, pelo governo estadual em 2011, com a Secretaria Extraordinária de Reconstrução Serrana (CORREA, 2020, p. 243).

2- A aquisição de verbas e de apoio para fins ligados aos desastres, seja de organismos internacionais, como o Banco Mundial, seja de esferas estatais diferentes, além da criação e/ou propagação de redes de solidariedade, buscando ações de substituição de medidas institucionais pelas da sociedade civil - moradores e empresários – como o pedido de um secretário à população em 2011 para doações para os afetados⁴.

3- A execução de um poder de controle nos processos de territorialização e desterritorialização, nas indenizações e nas moradias populares, ou nos processos de legibilidade, entre outros, são exemplos dessa ampliação⁵.

Todas essas técnicas apresentadas nos governos das chuvas, no entanto, são elaboradas em torno da produção, do acionamento e da intensificação de um desastre. São necessários os acionamentos e as oportunidades a partir dos desastres para que essas técnicas de Estado se concretizem. Parece que quanto mais visibilizados e evidenciados são os desastres e os seus efeitos, mais acionamentos e oportunidades surgem para esses governos. Por fim, considerando ainda essa política em torno do desastre, foi possível

⁴ Para saber mais, ler em CORREA, Maria Suellen Timoteo. A política e a “época das águas”: reflexões etnográficas sobre governos das chuvas em Nova Friburgo (RJ) e os usos e sentidos de desastres. 2020. Tese de Doutorado em Antropologia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2020, p. 173-223.

⁵ Para saber mais, ler em CORREA, Maria Suellen Timoteo. A política e a “época das águas”: reflexões etnográficas sobre governos das chuvas em Nova Friburgo (RJ) e os usos e sentidos de desastres. 2020. Tese de Doutorado em Antropologia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2020, p. 204-223.

pensar nesses governos compondo práticas rituais que vem à tona nos momentos de chuva forte.

A partir das considerações de Mariza Peirano sobre eventos e rituais, foi possível atestar as práticas políticas relacionadas a eventos críticos de desastre em Friburgo (1979 e 2011) como rituais, ainda que conceituar essas práticas não seja o foco do trabalho, mas entendê-las na composição desses usos e sentidos das chuvas e dos desastres em torno da política.

Essas práticas políticas do que chamo governos das chuvas cumpriram os três aspectos considerados de um ritual, segundo Peirano, ao reproduzir a “definição não-absoluta” de Tambiah (1979 apud 2002, p. 35): primeiro, os nativos “marcam esses momentos como distintos dos acontecimentos cotidianos” (PEIRANO, 2002, p. 35). As políticas e medidas institucionais ligadas aos desastres são apresentadas muitas vezes em caráter extraordinário, através dos discursos e dos acionamentos específicos relacionados a eventos de chuva forte e de desastre (que ocorrem esporadicamente em Friburgo). Este aspecto está presente nas narrativas intensificadoras e comparativas entre desastres ocorridos na cidade e na justificativa da necessidade de verbas superiores em valor do que usualmente são utilizadas ou, ainda, para justificar ausências ou mudanças de ordenamentos, nos casos de não-licitação, por exemplo.

Segundo, “trata-se de uma performance coletiva para atingir determinado fim” (Ibidem, p. 35), considerando as linguagens que performavam as chuvas, a destruição, a dimensão do desastre, ou do sofrimento, pela imprensa e por atores políticos envolvidos. E mesmo as performances e dramatizações em torno dos confrontos políticos ou das narrativas de solicitação de apoio e de compreensão dos moradores.

E terceiro, “os eventos possuem uma ordenação que os estrutura” (Ibidem, p. 35), que pode ser visto como padrões e condutas pré-estabelecidas. Em relação a esse terceiro aspecto do ritual, podemos pensar em um ordenamento temporal que apresente:

- Os acionamentos do evento e seus efeitos, os processos de legibilidade relacionados às consequências a partir dos desastres, a exaltação de categorias e a mobilização de sentidos em torno do evento e de ações que, a partir desses discursos simbolicamente eficazes, indiquem a ação de moradores e de empresários na reconstrução e no retorno a uma normalidade (nos casos apresentados como tragédia, solidariedade, união, resiliência, otimismo, fé etc) -

todas essas execuções amplamente divulgadas em espaços institucionais e publicizadas com apoio de veículos midiáticos⁶.

- A defensiva na apresentação de conflitos a partir de dramas sociais e arenas públicas, através dos acionamentos acima apresentados, além de narrativas que envolvem sentidos em torno do ser friburguense, em torno da união na política, amizade, vizinhança, entre outros - sendo visualizados, por exemplo, nas arenas e conflitos em torno da recuperação da cidade, como a abertura da CPI e as manifestações e protestos em 2011⁷.
- O fortalecimento do Estado a partir de diferentes estratégias, como as já descritas técnicas de Estado com fins de ampliação de sua força através das medidas voltadas aos casos de desastre - por exemplo, o aumento de verbas para a reconstrução, a ampliação de secretarias e do quadro administrativo, ou a reconfiguração de relações entre público e privado.
- E, por fim, os discursos de superação do evento e um silenciamento progressivamente imposto. Sobre este último, nos permite constatar “como a recuperação do desastre, do ponto de vista institucional, implica no seu congelamento no passado” (SILVA, 2010, p. 10). Ainda que de tempos em tempos se acione na cidade o evento de 2011 pontualmente, após as principais estratégias e técnicas alcançadas, a tendência foi o silenciamento do evento e dos problemas envolvendo os afetados⁸.

Não obstante estes pontos, cabe destacar os rituais mais do que na sua estrutura, mas nas ações que comportam as relações de poder e a sua manutenção. Portanto, essas

⁶ Um exemplo destes acionamentos divulgados institucionalmente pode ser visto atualmente, no site da prefeitura, em um texto sobre a história da cidade, o qual reserva um espaço sobre o desastre de 2011: “Todavia, em janeiro de 2011, uma tragédia climática abateu-se sobre a cidade, quando muitas vidas se perderam devido a uma forte enxurrada e vários deslizamentos de terras. O evento ocorrido foi classificado como a maior tragédia climática do Brasil e isso nos dá a dimensão do trabalho de reconstrução que o município tem que encarar para erguer-se novamente e mostrar ao país a força de sua gente”. O texto, chamado “A Cidade”, foi publicado em 22 outubro de 2014. Disponível em http://novafriburgo.rj.gov.br/paginas-centralizadas/7_Atendimento-ao-Cidadao.html (acesso em 20/12/2019).

⁷ Para saber mais, ver em Para saber mais, ler em CORREA, Maria Suellen Timoteo. A política e a “época das águas”: reflexões etnográficas sobre governos das chuvas em Nova Friburgo (RJ) e os usos e sentidos de desastres. 2020. Tese de Doutorado em Antropologia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2020, p. 244-274.

⁸ Sobre isso, ver em Para saber mais, ler em CORREA, Maria Suellen Timoteo. A política e a “época das águas”: reflexões etnográficas sobre governos das chuvas em Nova Friburgo (RJ) e os usos e sentidos de desastres. 2020. Tese de Doutorado em Antropologia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2020, p. 156-172.

práticas rituais das políticas de desastre em Nova Friburgo, ou dos governos das chuvas, permitiram pensar nos desastres enquanto artefatos, que são criados e criam grupos e ações. Além disso, as práticas rituais em torno da política nos desastres descortinam a complexidade desses eventos, com implicações diversas no âmbito político, social e simbólico. Algumas dessas implicações imbricam na manutenção de forças desiguais entre agentes estatais, empresários e moradores.

Um fator que também chamou a atenção foi que, a despeito das técnicas de Estado visando o fortalecimento e ampliação do corpo estatal, estes objetivos correspondem a um estado mais amarrado às estratégias neoliberais, no sentido de um estado com um encolhimento das suas responsabilidades sociais e seletivo na execução de políticas públicas, sendo as mais visivelmente implementadas aquelas que correspondem às expectativas da iniciativa privada, como os empreendimentos ligados à construção de moradias por grandes construtoras, ou os auxílios e incentivos para o corpo empresarial e industrial da cidade.

Sobre esse último aspecto, ligado à pronta resposta e auxílio aos empresários da cidade em 2011, quando comparados aos outros grupos de afetados na cidade, podemos relacionar a tendência estatal brasileira de uma “visão empresocêntrica”, em que “atribui às empresas relativa autonomia na produção das peças técnicas e na proposição das medidas”, conforme Bronz atesta em suas pesquisas sobre práticas empresariais ligadas a licenciamentos ambientais (BRONZ, 2011, p. 493). A despeito da afirmação se tratar deste tipo de prática, foi possível averiguar semelhanças na autonomia concedida às empresas nas negociações envolvendo o desastre de 2011, quando as empresas davam a tônica das propostas nas negociações que, na maioria das vezes, eram correspondidas pelos órgãos estatais. Um exemplo dessa facilidade foi visto em 1979, com a reunião convocada pela recém criada Defesa Civil em Friburgo com o empresariado da cidade, que resultou em medidas ligadas aos interesses desse grupo (CORREA, 2020, p.112).

Por outro lado, aos moradores afetados e aos grupos mais vulnerabilizados foram montadas cenas participativas nas quais não era autorizada igualdade de forças nas negociações, tampouco a garantia de correspondência, como foi possível atestar nos processos de indenização em 2011, por exemplo.

Sobre esta tendência neoliberal nos governos das chuvas, foi possível ainda atestar o que Evelina Dagnino chama de “confluência perversa” entre os projetos neoliberal e democratizante vigentes no país (2004). De um lado, vivenciamos um “processo de alargamento da democracia, que se expressa na criação de espaços públicos e na crescente

participação da sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisão relacionados com as questões e políticas públicas” (DAGNINO, 2004, op. 196), ainda que mais recentemente este projeto esteja sofrendo ataques e correndo riscos. De outro lado, vemos crescer um “projeto de Estado mínimo que se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil” (Ibidem, p. 197).

No meio disso, há uma confluência entre estes dois projetos, que demanda uma sociedade civil ativa e propositiva, e é aí onde reside a perversidade, pois são projetos que apontam em direções opostas, mas que um pode se apropriar dos discursos e das estratégias do outro. A partir disso, referências comuns são acionadas, como participação, ou democracia, mas possuem sentidos distintos para cada projeto, apontando para uma “crise discursiva” (DAGNINO, 2004, p. 198).

No caso dos governos das chuvas, a confluência foi evidente em relação à participação da sociedade civil e de empresas no que diz respeito ao processo da participação solidária, da ajuda e do voluntariado, por exemplo, na doação de itens de higiene, de roupas e de dinheiro, ou de abrigos e trabalhos voluntários de diversos tipos.

Por um lado, a resignificação da participação acompanha a mesma direção seguida pela reconfiguração da sociedade civil, com a emergência da chamada “participação solidária” e a ênfase no trabalho voluntário e na “responsabilidade social”, tanto de indivíduos como de empresas. O princípio básico aqui parece ser a adoção de uma perspectiva privatista e individualista, capaz de substituir e redefinir o significado coletivo da participação social. A própria ideia de “solidariedade”, a grande “bandeira” dessa participação redefinida, é despida de seu significado político e coletivo, passando a apoiar-se no terreno privado da moral (Ibidem, p. 205).

Nas ideias propagadas a respeito de solidariedade e de ajuda, portanto, não necessariamente residem valores ligados ao coletivo ou a uma comunidade, ainda que essas sejam acionadas em eventos de desastres. Dependendo de onde surgem esses discursos e de quais os interesses por trás deles, podem esconder-se mecanismos em que indivíduos

se defrontam com situações onde o que se espera deles é muito mais assumir funções e responsabilidades restritas à implementação e execução de políticas públicas, provendo serviços antes considerados como deveres do Estado, do que compartilhar o poder de decisão quanto à formulação dessas políticas (Ibidem, 2004, p.205).

Paralelas a essas práticas rituais políticas, foi possível atestar, tanto em 1979 quanto em 2011, ações da mídia, sobretudo da imprensa, seguindo uma lógica de funcionamento dentro dessas relações de poder. Os acionamentos diversos, como uma inicial valorização da dimensão do desastre e do sofrimento (descritas no terceiro capítulo) seguiram uma prática comum nos imediatos momentos de irrompimento do desastre e ao longo dos meses foi diminuindo consideravelmente, e não proporcionalmente à diminuição dos problemas relacionados aos desastres.

Essas manobras contribuem para os processos de esquecimento e “congelamento” no passado, mostrando que os remanejamentos da memória (NORA, 1993) são manipulados para darem conta de expectativas de audiência e de relações políticas. Quando do interesse, o assunto “tragédia” retomou a esfera pública, envolvendo os escândalos de desvio de verbas para a reconstrução da Região Serrana, a fim de aumentar uma audiência e evidenciar as relações de poder.

As categorias mobilizadas, como “união”, “solidariedade”, “paciência”, “esperança”, tanto por agentes estatais como pela imprensa, transparecem moralidades que surgem para embasar ações e sentidos, em disputa com as moralidades promovidas em 2011 pelos afetados e pelos manifestantes, ligadas por sua vez a “dignidade”, “moradia”, “trabalho” e “reconstrução”.

As matérias de excessiva valorização da corrente de solidariedade, de resiliência, ou de otimismo, apresentadas a partir de discursos nos periódicos locais, tanto em 1979 quanto em 2011 (CORREA, 2020), mostram até que ponto as divulgações e as valorizações dos atos de solidariedade de moradores, sobretudo afetados, são uma maneira de diminuir a responsabilidade estatal, ou neutralizar a ineficácia e a lentidão da atuação dos governos frente aos problemas e transtornos vivenciados pelos moradores.

Já os moradores ressignificaram as moralidades impostas e se utilizaram do evento, a partir de referências distintas das dos agentes políticos e econômicos, exigindo, por exemplo, respostas dos governos e cobrando resoluções. Essas indignações e lutas compuseram os engajamentos das margens, a partir de questões pragmáticas, mas também relacionadas a moralidades e a outras subjetividades, advindas “da desordem da vida cotidiana” (DAS e POOLE, 2004, p. 251), intensificadas nessa sobreposição de cotidianos ou “invasão do cotidiano” a partir do desastre.

A partir dessas movimentações políticas foi possível atestar uma mobilidade fluida nas relações entre populações e Estado (Ibidem, 2004), já que ao mesmo tempo que o

mesmo é responsável pelos transtornos causados aos moradores, essas pessoas dependem dele. Isso não quer dizer que estas sejam passivas, ao contrário. Como mostraram diversos atores em Friburgo, estão cientes dessas relações desiguais entre si com o Estado e se envolvem ativamente nos processos de mudança, pois

derrubam a influência que essa situação problemática tem sobre eles, dando-se oportunidades, formulando hipóteses e submetendo-as a testes que lhes permitem saber melhor com o que estão lidando. Reencontram uma capacidade de se orientar no mundo, de controlar suas trajetórias de vida, de compreender os acontecimentos que os afetam e, a partir daí, a liberdade de não serem passivos diante do que lhes acontece, de reconquistarem uma autonomia nas relações de poder e, às vezes, de realizar ideais de direito ou de justiça (CEFAI, 2017, p. 132).

Por fim, longe de criar uma lógica linear entre os eventos ou de reproduzir esquemas fechados dos governos das chuvas, a intenção ao problematizar e especificar as práticas políticas rituais de chuvas na cidade foi elencar ações, usos e sentidos produzidos por esses governos, a partir de pontos em comum, como os acionamentos das chuvas e de desastres na cidade como oportunidades e justificativas das suas práticas – considerando as situações específicas e particulares de cada governo.

A esses pontos em comum somam-se um último: às práticas dos governos das chuvas estão relacionadas a produção ou pelo menos a reprodução de uma violência, na medida em que reproduzem e reforçam as relações desiguais, bem como operam uma estrutura de onde resulta o sofrimento social.

Considerações finais

Os governos das chuvas em Friburgo expõem uma gestão de desastres na cidade casada com a tendência nacional, “associada a uma territorialização excludente” (VALENCIO et al., 2012, p. 283), além de ineficiente para a maioria das pessoas, pois não viabiliza em primeiro plano a recuperação econômica doméstica dos moradores, ou não cria condições rápidas de retorno a um lar e a condições de desenvolvimento humano adequadas nos bairros para os desabrigados e desalojados, aumentando proporcionalmente essa lógica, de acordo com o nível de vulnerabilidade social dos afetados.

Foi constatado o predomínio de uma agenda de reconstrução da cidade voltada aos interesses de grupos com vantagens econômicas e com poder de decisão política,

presentes em maioria nas reuniões institucionais e citados nos planos de ação governamentais, relegando o papel de Estado para esses grupos enquanto que para a população no geral é estimulada a solidariedade da sociedade civil e, no máximo, um “auxílio” ou “ajuda” dos governos, em uma perspectiva da ajuda que ignora a “ótica do direito e da responsabilidade do Estado com a reprodução da condição de vida dos moradores” (SIQUEIRA, 2013, p. 272).

Para completar, considerando os fenômenos de chuvas fortes como típicos da região e a percepção dessa previsibilidade da “época das águas” pelos atores políticos ao longo do tempo em Friburgo, cabe afirmar que essas condições estão intimamente relacionadas a essas “motivações do Estado” na cidade.

Referências bibliográficas

BRONZ, Deborah. **Empreendimentos e empreendedores: formas de gestão, classificações e conflitos a partir do licenciamento ambiental, Brasil, século XXI**. 2011. 504 f. Tese (Doutorado em Antropologia). UFRJ/ PPGAS, Museu Nacional, 2011.

CEFAI, Daniel. **Públicos, Problemas Públicos, Arenas Públicas... o que nos ensina o pragmatismo (Parte 2)**. Novos Estudos. CEBRAP [online], vol.36, n.2, 2017, pp.129-142.

CORREA, Maria Suellen Timoteo. **A Política no Desastre em Nova Friburgo/RJ: uma análise da participação de moradores na reconstrução do bairro Córrego D’Antas**. 2015. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015, 189 p.

_____ **A política e a “época das águas”: reflexões etnográficas sobre governos das chuvas em Nova Friburgo (RJ) e os usos e sentidos de desastres**. 2020. Tese de Doutorado em Antropologia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2020, 324 p.

DAGNINO, Evelina. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. In: Alejandro Grimson. (Org.). **La cultura em las crisis latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2004, p. 195-216.

DAS, Veena. **Critical Events. An Anthropological Perspective on Contemporary Índia**. Delhi: Oxford University Press, 1995, 230 p.

DAS, Veena; POOLE, Deborah (Eds). *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.

MARCHEZINI, Victor. Desastres e Desterritorializações: Desafios à Proteção dos Deslocados frente a Eventos de Inundações e Deslizamentos. Em **Refugiados Ambientais**. Org. Liliana Lyra Jubilut, Érika Pires Ramos, Carolina de Abreu Batista Claro, Fernanda de Salles Cavedon-Capdeville. Boa Vista: EDUFRR, 2018 pp.535-565.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. Proj. História, Traduções, São Paulo, (10), dez. 1993.

OLIVEIRA, Simone Santos; PORTELLA, Sérgio; SIQUEIRA, Antenora; FREITAS, Mario. Desnaturalização dos desastres e mobilização comunitária: redes e rodas. **Revista Ci. & Tróp.** Recife, v. 40, n. 1, 2016, p. 13-36.

PEIRANO, Mariza. **O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais**. Mariza Peirano (org.). - Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política. UFRJ, 2002.

PERES, Sidnei Clemente. **Associativismo pluriétnico e etnicidade religiosa: tradições e modernidades em dois contextos etnográficos regionais**. In: Tradições e Modernidades. Reis, Daniel Aarão [et al.] (organizadores). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 61-76.

SILVA, Telma Camargo da. **Eventos críticos: sobreviventes, narrativas, testemunhos e silêncios**. 27ª Reunião Brasileira de Antropologia. Belém, Pará, Brasil: 2010.

SIQUEIRA, Antenora Maria da Mata. Proteção Social e Enchentes: desafios profissionais em questão. In: **Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil** – volume III /organizado por Norma Valencio / apoio CRESS-RJ – São Carlos: RiMa Editora, 2013. 358 p.

VALENCIO, Norma; MARCHEZINI, Victor; SIENA, Mariana. Da Destruição da Cidade ao Desamparo do Cidadão. Em DÍAZ, Laura Mota; COHEN, Néstor; CATTANI, Antonio David. **América Latina interrogada: mecanismos de desigualdad y exclusión social**. Ed. Miguel Ángel Porrúa, 2012, pp.265-288.